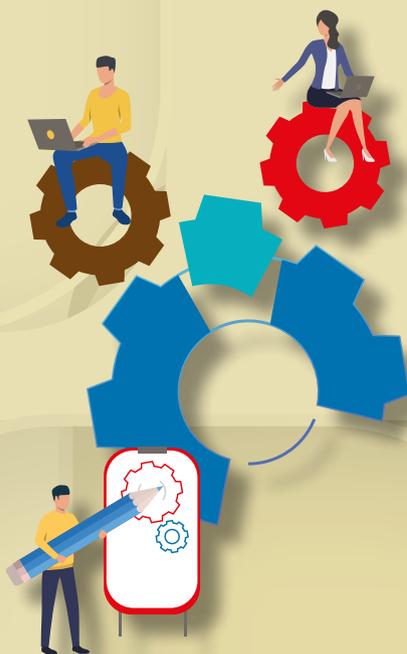


# PEDAGOGIA DO TRABALHO

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

### **REITOR**

José Jackson Coelho Sampaio

### **VICE-REITOR**

Hidelbrando dos Santos Soares

### **EDITORA DA UECE**

#### **COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Erasmus Miessa Ruiz

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Angelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horacio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco José Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduína Farias Almeida da Costa	Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

#### **CONSELHO CONSULTIVO**

Antonio Torres Montenegro   UFPE	Maria do Socorro Silva de Aragão   UFC
Eliane P. Zamith Brito   FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça   UNIFOR
Homero Santiago   USP	Pierre Salama   Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves   USP	Romeu Gomes   FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto   UFF	Túlio Batista Franco   UFF

## **COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS**

### **COMITÊ EDITORIAL**

Lia Machado Fiúza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Antonio Germano Magalhães Junior   UECE	Isabel Maria Sabino de Farias   UECE
Antônio José Mendes Rodrigues   FMHU/Lisboa	Jean Mac Cole Tavares Santos   UERN
Cellina Rodrigues Muniz   UFRN	José Rogério Santana   UFC
Charlton José dos Santos Machado   UFPB	Maria Lúcia da Silva Nunes   UFPB
Elizeu Clementino de Souza   UNEB	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior   UECE
Emanoel Luiz Roque Soares   UFRB	Robson Carlos da Silva   UESPI
Ercília Maria Braga de Olinda   UFC	Rui Martinho Rodrigues   UFC
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento   UNIT	Samara Mendes Araújo Silva   UESPI

Maria Gerlaine Belchior Amaral  
Maria José Camelo Maciel  
Antonio Marcone de Oliveira  
O R G A N I Z A D O R E S

# PEDAGOGIA DO TRABALHO

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A U T O R E S

ANDRÉIA MENDES DOS SANTOS

ANTONIO MARCONE DE OLIVEIRA

EDUARDA MARIA DE ANDRADE

GLAÉ CORRÊA MACHADO

JACQUES THERRIEN

MARIA GERLAINE BELCHIOR AMARAL

MARIA JAKLINE DUARTE DE MACÊDO

MARIA JOSÉ CAMELO MACIEL

ROSALIANE LUSTOSA CARNEIRO TELES

STELLA MARTINS ESTRELA BATISTA

TATIANA RODRIGUES DAITX



Fortaleza | Ceará  
2020

**PEDAGOGIA DO TRABALHO: A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL**

© 2020 Copyright by Maria Gerlaine Belchior Amaral,  
Maria José Camelo Maciel e Antonio Marcone de Oliveira (Orgs.)

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL  
EFETUADO DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará  
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893  
Internet: [www.uece.br/eduece](http://www.uece.br/eduece) – E-mail: [eduece@uece.br](mailto:eduece@uece.br)



COORDENAÇÃO EDITORIAL  
*Erasmio Miessa Ruiz*

PROJETO GRÁFICO E CAPA  
*Carlos Alberto Alexandre Dantas*  
[carlosalberto.adantas@gmail.com](mailto:carlosalberto.adantas@gmail.com)

REVISÃO DE TEXTO E NORMALIZAÇÃO  
*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*  
[felipearagaofc@hotmail.com](mailto:felipearagaofc@hotmail.com)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
BIBLIOTECÁRIA: *Regina Célia Paiva da Silva – CRB – 1051*

---

P371 Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação  
profissional / Maria Gerlaine Belchior Amaral, Maria José Camelo  
Maciel, Antônio Marcone de Oliveira (orgs.). – Fortaleza: EdUECE,  
2020.

214p. (Coleção Práticas Educativas, 107)

ISBN: 978-85-7826-775-9

E-book

1. Prática de Ensino. 2. Ensino Profissional. 3. Qualificação  
Profissional. 4. Educação. 5. Ensino – Orientação Profissional. 6.  
Amaral, Maria Gerlaine Belchior. 7. Maciel, Maria José Camelo. 8.  
Oliveira, Antônio Marcone de. I. Título.

CDD: 379.2981

---

# PEDAGOGIA EMPRESARIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SENAC E NO SENAI

## GLAÉ CORRÊA MACHADO

Pós-Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Infância e Educação Infantil (Nepiei) da PUC/RS. Professora dos cursos de graduação do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniassevi), Montenegro/RS. Professora dos cursos de pós-graduação na Universidade La Salle (Unilasalle), Canoas/RS. Coordenadora pedagógica na Secretaria da Educação do município de Brochier/RS. E-mail: glaemachado@hotmail.com.

## ANDRÉIA MENDES DOS SANTOS

Realizou Estágio Pós-Doutoral (PDJ/CNPq) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e Estágio Recém-Doutor pela PUC/RS, doutora e mestra em Serviço Social pela PUC/RS e graduada em Psicologia também pela PUC/RS. Professora adjunta da PUC/RS junto à Escola de Humanidades nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) e Ciências Sociais (PPGC Sociais) e na graduação do curso de Pedagogia; bem como na Escola de Ciências da Saúde, no curso de Psicologia. Membro da comissão coordenadora do PPGEDU. Coordenadora da linha de pesquisa Pessoa e Educação (PPGEdu) do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Infância(s) e Educação Infantil (Nepiei) e do Grupo de Pesquisa sobre Questões Sociais na Escola. Editora da *Revista Educação*. Representante da PUC/RS no Comitê de Infâncias da Rede Marista. Entre 2010 e 2015, participou do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na mesma universidade. Desenvolve estudos nas temáticas de infâncias e educação infantil, obesidade, família, saúde, educação e *bullying*, entre outras. Possui parcerias no Departamento de Medicina Social e Instituto de Psicologia, Faculdade de Serviço Social da UFRGS; na Universidad Complutense de Madrid; e na PUC/RS junto aos cursos de Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais e Nutrição. E-mail: andreia.mendes@pucrs.br.

## TATIANA RODRIGUES DAITX

Especialista em Neuropsicopedagogia, em Psicopedagogia e em Supervisão Escolar e graduada em Pedagogia e Pedagogia Empresarial. Coordenadora pedagógica do Colégio Cenecista Nossa Senhora dos Anjos (Gensa), Gravataí, Rio Grande do Sul (RS), e psicopedagoga do Núcleo de Atendimento Educacional do Discente (NAED) da Faculdade CNEC, Gravataí/RS. E-mail: trdattx@gmail.com.

## Introdução



ser humano tem a incumbência de agir sobre si mesmo e sobre seu mundo com inteligência e liberdade; organizar a própria vida e as condições em que ela se desenvolve com responsabilidade e autonomia é a tarefa que denominamos educação (OSÓRIO MARQUES, 1996). Essa educação se constrói a partir de relações sociais mediadas pela Pedagogia, que é a ciência da educação, desempenhada pelo pedagogo nos mais diversos espaços formais, informais e não formais, a partir de seus saberes, que, na perspectiva de Pimenta (1999), podem ser saberes da experiência, saberes do conhecimento e saberes pedagógicos. Essa *pedagogização* da sociedade demonstra a necessidade do pedagogo e sua atuação para além da educação básica.

Os processos educacionais perpassam pela sociedade de diferentes formas e podem ser oferecidos nos mais variados espaços, direcionando a atuação do pedagogo numa perspectiva humanizadora e transformadora, o que corrobora a perspectiva de Franco (2005, p. 177-178): “[...] a sociedade se tornou tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos contextos, abrangendo diferentes tipos de formações necessárias ao exercício pleno da cidadania”, ampliando o campo de trabalho do

pedagogo para empresas, organizações não governamentais, hospitais, enfim, todos os espaços que possuam ações e intenções educativas.

É necessário, portanto, ampliar conhecimentos sobre a atuação do pedagogo nas organizações, uma vez que esse profissional ganha cada vez mais destaque no contexto social, diante das exigências de um mundo globalizado e uma sociedade em desenvolvimento. Ainda há falta de conhecimento das pessoas e das organizações sobre a sua atuação em áreas que não sejam o ambiente escolar e acadêmico. O pedagogo é um profissional versátil capaz de atuar em diferentes contextos, uma vez que sua formação é bem abrangente.

Embora tenham surgido novos cenários para a atuação do pedagogo, convivemos ainda muito pouco com a visão de uma Pedagogia inserida fora do ambiente escolar, pois a referência é a sala de aula, ou seja, a educação formal. Essa visão tem sido ampliada no sentido de pensarmos em um profissional capacitado para atuar além de espaços escolares, todavia a educação formal não deixa de ser um foco importante para o pedagogo, mas deixa de ser único (OLIVEIRA, 2004), o que nos motiva a apresentar um cenário com novas perspectivas, como a educação profissional e as possibilidades trazidas para a atuação do pedagogo junto ao Sistema “S”.

## **Aspectos históricos e políticos da educação profissional e a origem do Sistema “S”**

A crise econômica originada nos Estados Unidos a partir da década de 1930 atingiu grande parte do mundo,

estando o Brasil entre as nações afetadas, diminuindo as suas exportações e sofrendo um contingenciamento das suas importações. Essa situação internacional impôs limites às possibilidades de desenvolvimento via exportação agrícola e favoreceu o advento de políticas de industrialização para o abastecimento do mercado interno, “[...] por substituição das importações” (TAVARES, 1977 apud RODRIGUES, 2007, p. 165).

O governo Vargas, em janeiro de 1937, promulgou a Lei n. 378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, a única escola incumbida de formar professores para o ensino profissional no país, em Liceus Profissionais, “[...] com o objetivo de irradiar no país o ensino profissional em todos os ramos e graus” (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 28). O avanço das políticas de desenvolvimento nacional via industrialização inscreve na Constituição de 1937 os contornos legais de uma política estatal para a educação profissional, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cum-

primento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Na década seguinte, a Ditadura Vargas avançou na modernização capitalista, estabelecendo novas condições para a qualificação de uma força de trabalho para a indústria. Entre os anos de 1942 e 1946, durante o governo Dutra, mas sob a influência da Era Vargas, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e implementou-se um conjunto de reformas, sob a iniciativa de Gustavo Capanema, então ministro da educação, que ficaram conhecidas como as “Leis Orgânicas do Ensino” (RODRIGUES, 2007).

Essa vasta legislação tinha como principais pontos: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; o segundo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, compreendendo várias especialidades.

A fundação desse sistema de escolas de aprendizagem e pré-aprendizagem industrial foi objeto de interesse direto da burguesia industrial, pois, no primeiro decreto, em 1938, previa-se a administração delas pelos sindicatos dos trabalhadores em conjunto com os Ministérios da Educação e do Trabalho, mas, quando da sua efetiva implanta-

ção mediante o Decreto-Lei n. 4.048, em janeiro de 1942, a responsabilidade da parte do Estado pelo Senai foi deslocada para o Ministério do Trabalho e a direção do sistema foi entregue à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A criação do Senai teve como objetivo “[...] organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários [e também o] [...] ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem” (RODRIGUES, 2007, p. 165). Com esse sistema, “[...] foi instaurado no Brasil o ensino industrial em larga escala” (HERMES; NUNES, 1994, p. 37 apud RODRIGUES, 2007, p. 166). Em décadas de funcionamento no país, o Senai foi disseminado e ampliou o conteúdo de sua ação pedagógica até a formação de cursos técnicos, tecnológicos, graduações e pós-graduações.

As políticas de Estado seguiram sendo ampliadas através de ações pedagógicas na direção do setor industrial e, em junho de 1946, o presidente Dutra, através do Decreto-Lei n. 9.403, criou o Serviço Social da Indústria (SESI) e também o entregou à coordenação da CNI. Sua atuação abrange as áreas de educação, saúde, lazer e serviço social, o que o situa como uma extensão da ação do Senai.

A montagem do aparelho Senai/SESI busca abarcar praticamente todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora empregada na indústria: da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da ‘defesa do salário real’ ao lazer, da educação pré-escolar à solução dos problemas domésticos. (RODRIGUES, 2007, p. 168).

Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (SESC), sendo criados, em 1990, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional do Transporte (Senat), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae). O conjunto dessas organizações compõe o que se convencionou chamar de Sistema “S”<sup>1</sup>.

As ações no campo da educação profissional do governo Vargas ao governo João Goulart se deram no sentido de estruturar o capitalismo nacional, qualificando uma força de trabalho sob a orientação das necessidades da industrialização, pela “[...] elevação global da produção e da produtividade do trabalho” (RODRIGUES, 2007, p. 172). Para tal, buscou-se controlar as organizações dos trabalhadores com repressão e/ou convencimento via difusão da ideologia da “conciliação de classes” pela grandeza do Brasil.

No final do governo Sarney, de 1985 a 1990, o documento sobre realizações do Ministério da Educação comprovava a estratégia de formar técnicos “[...] para se incorporarem aos processos produtivos e a prestação de serviços à população e para atuarem como força auxiliar às equipes de pesquisa e desenvolvimento tecnológico” (BRASIL, 1990, p. 27 apud AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 29), mantendo o caráter instrumental dessa modalidade de ensino para os atendimentos das necessidades da industrialização.

---

<sup>1</sup> O chamado “Sistema ‘S’” reúne entidades empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica – serviços considerados de interesse público. Embora sejam privadas e administradas por federações e confederações patronais, essas entidades são mantidas por contribuições estipuladas em lei e administram recursos públicos. Atualmente nove entidades compõem o sistema. Todas têm seu nome iniciado com a letra “S”.

Após várias décadas da sua implantação no Brasil, o ensino para o trabalhador assalariado mantém um caráter dicotômico, que separa o ensino profissional do ensino acadêmico, preservando a especificidade daquele em atendimento às necessidades de produção de cada momento histórico (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012).

## **Possibilidades de atuação do pedagogo junto ao Senac e ao Senai**

A criação do Senac e do Senai, bem como suas formas de financiamento, remonta a meados da década de 1940, contudo foi apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que esses organismos passaram a integrar o cotidiano da nação brasileira. Sua principal fonte de receita advém principalmente das contribuições incidentes sobre a folha de pagamento das empresas pertencentes à categoria correspondente (setor produtivo da indústria e do comércio de bens e serviços), sendo descontadas regularmente e repassadas às entidades de modo a financiar atividades que visem ao aperfeiçoamento profissional (educação) e à melhoria do bem-estar social dos trabalhadores (saúde e lazer) (SESC/SENAC, 2005). Eles possuem instituições em todo o Brasil para oferta de educação profissional através da formação inicial e continuada para trabalhadores na educação técnica de nível médio e educação tecnológica de nível superior nas suas respectivas áreas de atuação.

As ações administrativas e pedagógicas tanto do Senac quanto do Senai contam com um pedagogo para operacionalizar as questões relativas à oferta da educação profissional e do funcionamento da instituição como um

todo, apresentando orientações sobre documentos, formas de ingresso da instituição no sistema federal de ensino, oferta de cursos e programas, formação de docentes, técnicos e demais colaboradores, organização de recursos e infraestrutura, registro da produção e articulação com o mercado de trabalho. Nesse cenário, o pedagogo tem a responsabilidade de contratar e acompanhar o trabalho docente, o planejamento, a prática pedagógica e os processos avaliativos desenvolvidos na instituição; esse acompanhamento precisa ser constante, assim como a oferta de formação continuada.

Quanto às rotinas do pedagogo nas instituições do Senac/Senai, podemos separá-las em atividades rotineiras: coordenação pedagógica da unidade; coordenação dos cursos oferecidos nas unidades; acompanhamento, suporte e avaliação dos processos pedagógicos, em parceria com os coordenadores de outras unidades; acompanhamento pedagógico dos alunos quanto aos aspectos motivacionais, relacionais, de ensino-aprendizagem, frequência, avaliativos e também pertinentes a preenchimentos de dados referentes ao banco de dados tanto de alunos quanto de professores; participação na elaboração de novos cursos, assim como das propostas pedagógicas para esses cursos; acompanhamento pedagógico dos professores e das aulas que ministram semestralmente quanto aos aspectos motivacionais, metodológicos, didáticos e avaliativos; planejamento e organização do calendário pedagógico e da programação semestral da unidade; organização e revisão coletiva dos documentos pedagógicos, dos diários de classe, da proposta pedagógica, do regimento escolar, dos projetos de curso, do regimento interno, etc.

Há outras atividades pedagógicas que são feitas conforme necessidade ou sob demanda, tais como: planejamento e organização de reuniões pedagógicas com alunos, pais e professores; aplicação de medidas pedagógicas e/ou socioeducativas, quando necessárias; levantamento de dados estatísticos, com o objetivo de identificar o perfil dos grupos e níveis de satisfação e até mesmo de avaliar a instituição; elaboração e aplicação de processos seletivos para ingresso de alunos novos e também professores; elaboração de materiais didáticos; organização e acompanhamento de cursos *in company*<sup>2</sup>; negociação com clientes e empresas; contato com entidades para ações sociais; desenvolvimento de programas de formação de professores e colaboradores da unidade; implantação e acompanhamento do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP)<sup>3</sup>.

Cabe ao pedagogo elaborar vários documentos, entre os principais: o projeto político-pedagógico, o regimento escolar e o planejamento da estrutura curricular dos cursos oferecidos pela instituição. Esses documentos são ferramentas úteis ao bom funcionamento da instituição, uma vez que constituem referências para as ações administrativas e principalmente pedagógicas (SENAC, 2014). O projeto político-pedagógico versa sobre os princípios políticos, filosóficos e pedagógicos que orientam as ações da instituição. Elaborado de forma participativa, o documento

<sup>2</sup> Cursos organizados conforme necessidade e perfil de cada empresa e/ou instituição.

<sup>3</sup> O PGQP foi criado em 1992 com a missão de promover a competitividade no Rio Grande do Sul para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nos setores público, privado e terceiro setor através da busca pela excelência em gestão com foco em sustentabilidade, sendo liderado pelos empresários gaúchos Jorge Gerdau Johannpeter e Ricardo Felizzola. É considerado um dos maiores patrimônios gaúchos da disseminação da qualidade e melhoria da gestão das organizações.

contempla o contexto institucional, os fundamentos e os objetivos da proposta pedagógica, bem como o currículo, as metas e as formas de acompanhamento e de avaliação dos professores, dos alunos e da proposta pedagógica. O regimento escolar deve conter as normas gerais que regulam as práticas do departamento regional referentes à organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar de suas unidades educacionais. Deve ainda estar em conformidade com os princípios do projeto político-pedagógico, da legislação nacional e da respectiva unidade da federação (SENAC, 2014).

O pedagogo que atua na educação profissional junto ao Senac/Senai parte da prerrogativa de que a educação é transformadora e contribui para o desenvolvimento dos seres humanos, não apenas no aspecto profissional, mas também pessoal, oferecendo condições de cidadania e subsistência e melhores condições de vida para si e para a sociedade no seu entorno.

## **O pedagogo e os desafios de uma profissão em movimento**

É importante ressaltar que o curso de Pedagogia no Brasil passou, antes de chegar ao que é hoje, por três regulamentações: em 1939, em 1962 e em 1969, momentos esses em que foi apresentado um currículo mínimo como referência nacional. O currículo mínimo deixou de existir somente em 1996, dando lugar às diretrizes curriculares para as diferentes licenciaturas, como salienta Saviani (2012).

Mais tarde, com a aprovação da Resolução CNE/CP n. 1/2006, foi instituído o documento que estabelece as Di-

retrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. O documento preconiza que “A formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em âmbitos escolares e não escolares” (BRASIL, 2006, p. 2).

Após essas mudanças e com a necessidade de se acompanhar o mundo globalizado e fortemente competitivo, o lucro das empresas não é mais determinado exclusivamente pelos recursos materiais, mas principalmente pelas pessoas. É nesse contexto que emerge a possibilidade de se ter um pedagogo atuando no ambiente empresarial, tendo as competências, as habilidades e as atitudes consideradas como indispensáveis e necessárias à melhoria da produtividade (RIBEIRO, 2010).

O ambiente organizacional influencia diretamente no aprender de todas as pessoas, sejam os colaboradores diretamente ligados ou ainda aqueles que exercem algum tipo de contato com a empresa. Dessa forma, a educação ocorre no ambiente interno e externo das organizações, oferecendo situações de aprendizagem, promovendo mudanças de comportamento e implicando no perfil das organizações ou dos trabalhadores, sendo tão necessário que essas mudanças ocorram, isso porque vivemos em um mundo em movimento e competitivo.

Com a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico e o intenso movimento pela qualidade e produtividade, surge a constatação de que, na maioria das organizações, a principal vantagem competitiva das empresas decorre das pessoas que nelas trabalham. Nessa perspectiva, Chiavenato (2010) evidencia que as pessoas são vistas como a esfera básica da organização, sendo um diferencial

no mundo globalizado. É nesse contexto que emerge a possibilidade de se ter um pedagogo atuando no ambiente empresarial, pois surge a necessidade de os trabalhadores incorporarem saberes teóricos, práticos e sobretudo procedimentais e atitudinais que possam ser usados em benefício da empresa.

Nessa esteira, Libâneo (1999, p. 116) assevera:

É quase unânime entre os estudiosos, hoje, o entendimento de que as práticas educativas estendem-se às mais variadas instâncias da vida social, não se restringindo, portanto, à escola e muito menos à docência, embora estas devam ser a referência da formação do pedagogo escolar. Sendo assim, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com caráter de intencionalidade, há aí uma pedagogia.

Diante desse cenário, percebemos a importância da formação em Pedagogia; o conhecimento adquirido é imprescindível para lidar com as questões que surgem no dia a dia no ambiente da gestão de processos educacionais. O pedagogo inserido nos espaços escolares ou não escolares é um articulador – um profissional visionário em busca de soluções para as problemáticas que surgem – e deve estar alinhado à missão e visão institucional, bem como ao que tal instituição espera de sua atuação. Libâneo (2001, p. 116) define duas esferas de ação educativa na prática do pedagogo, a escolar e a não escolar:

O pedagogo (escolar ou não) seria considerado um profissional especializado em estudos e ações relacionados com a ciência pedagógica, pesquisa pedagógica e problemática educativa, abordando o fenômeno educativo em sua multidimensionalidade. Nesse sentido, o curso de Pedagogia ofereceria formação teórica, científica e técnica para sua atuação em diferentes setores de atividades: nos níveis centrais e intermediários do sistema de ensino, como, por exemplo, na escola, nas atividades fora do setor escolar e dentro das empresas em atividades ligadas a formação e capacitação de pessoas.

Nesse contexto, percebe-se uma amplitude de suas dimensões, possibilitando ao pedagogo atuar em diversos tipos de instituições escolares ou não, por sua amplitude em competências, de uma forma geral, podendo ser um grande colaborador em questões que envolvam aprendizagem, relacionamento e desenvolvimento de competências, bem como em muitas outras funções, por ser um profissional extremamente multifuncional.

O pedagogo exerce seu papel com maestria, medianando as interfaces desse cenário; seu foco é a educação e o desenvolvimento humano, mas sempre alinhado ao movimento do mundo globalizado e dinâmico, no qual tudo muda e se transforma constantemente, sendo sua ação fundamental para dar vida e sobrevida à instituição em que está inserido.

As empresas tendem a enxugar seu quadro de colaboradores e otimizar recursos. Diante disso, o pedagogo

deve ser muito criativo e entusiasta para liderar sua equipe e trazer resultados positivos à organização, tornando-se o alicerce e referência, uma vez que detém saberes necessários para uma atuação eficaz. A sociedade exige que o pedagogo seja um profissional multifuncional, um líder articulador, conectado às tecnologias, um empreendedor que traga soluções para a empresa e resultados satisfatórios, nunca desviando seu olhar da educação e do desenvolvimento humano.

## Considerações finais

A Pedagogia tem foco no desenvolvimento humano. Restringir seu papel somente ao âmbito escolar é simplificar sua potencialidade, visto que a educação se dá em todas as etapas de vida do ser humano, com ênfase em relacionamentos interpessoais e intrapessoais e também em suas atividades profissionais.

A atuação do pedagogo tanto no Senac quanto no Senai possibilita a esse profissional exercer variadas competências, pois no Sistema “S” o ensino e a aprendizagem são centrais no trabalho que a empresa desenvolve com colaboradores e alunos; os processos de avaliação são permanentes junto aos serviços disponibilizados interna e externamente; a capacitação dos profissionais que atuam no sistema é continuada, fazendo com que os planejamentos e as ações sejam constantemente repensados e avaliados; e todas essas ações acontecem nos níveis organizacionais e pedagógicos, pois são processos educativos com caráter de intencionalidade, configurando uma Pedagogia – nesse caso, uma Pedagogia Empresarial.

Enfim, a construção do conhecimento, seja no âmbito da escola ou da empresa, necessita da Pedagogia e do pedagogo, assim como dos conhecimentos, habilidades e competências que ele desenvolve ao longo de sua formação profissional. Essa construção do conhecimento se apoia também nas experiências observadas junto às empresas que têm propiciado a prática e o trabalho do pedagogo empresarial, embora ainda em pequeno número, mas com resultados consideráveis e à espera de relato, como neste exemplo.

## Referências

AZEVEDO, A. L.; SHIROMA, E. O.; COAN, M. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem?. *Boletim Técnico Senac*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1937a.

BRASIL. Decreto n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 23 jan. 1942.

BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, 15 jan. 1937b.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial [da]*

*República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 maio 2006.

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas*. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

FRANCO, M. A. S. *Pedagogia como ciência da educação*. Campinas: Papyrus, 2005.

GONÇALVES, M. H. B. *et al.* *Senac: referenciais para a educação profissional do Senac*. Rio de Janeiro: Senac/DFP/DI, 2004.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos: inquietação e buscas*. Texto de conferência escrito para o 2º Encontro Cearense de Educadores, promovido pelo OfinArtes – Centro de Acessória Pedagógica, Fortaleza, 1999.

OLIVEIRA, M. E. S. O pedagogo em espaços não escolares. *Revista Acadêmica Alfa*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2004.

OSÓRIO MARQUES, M. *Pedagogia: a ciência do educador*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 1996.

PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

RIBEIRO, A. E. A. *Pedagogia Empresarial: atuação do pedagogo na empresa*. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

RODRIGUES, J. “Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação”: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. *Revista Histedbr*, Campinas, n. 26, p. 160-182, 2007.

SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2012.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. *Diretrizes da Educação Profissional do Senac*. Rio de Janeiro: Senac, 2014.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. *Diretrizes Nacionais dos Programas de Aprendizagem Profissional Comercial do Senac*. Versão preliminar para apresentação ao Conselho Nacional. Rio de Janeiro: Senac, 2015.

SESC/SENAC – Serviço Social do Comércio/Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. *Natureza jurídica e a natureza jurídica das contribuições*. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2005.